

As ideias pedagógicas no Brasil: da escola nova ao tecnicismo

Las ideas pedagógicas en Brasil: de la escuela nueva al tecnicismo

Leonardo Batista dos Santos

Mestrando em Educação- Grupo de Pesquisa de História e Historiografia da Educação-
da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED-UFU).

E-mail: leobatista1234@hotmail.com

Resumo: Este trabalho discute, no âmbito da história da educação, questões relacionadas às ideias pedagógicas presentes no processo educacional brasileiro. A metodologia utilizada privilegia a revisão bibliográfica, analisando os conceitos, as categorias e os pressupostos relacionados às concepções pedagógicas predominantes no período, com ênfase na pedagogia escolanovista e na pedagogia tecnicista, destacando a sua predominância no projeto educacional do governo civil-militar nos anos finais da década de 60 e na década de 70 do século XX.

Palavras-chave: História da educação. Teorias Pedagógicas. Escola Nova. Pedagogia Tecnicista.

Resumen: En este trabajo se analiza, en el ámbito de la historia de la educación, cuestiones relacionadas con las ideas pedagógicas presentes en el proceso educativo brasileño. La metodología utilizada privilegia la revisión bibliográfica, analizando los conceptos, categorías y presupuestos relacionados a las concepciones pedagógicas predominantes en el período, con énfasis en la pedagogía escolanovista y en la pedagogía tecnicista, destacando su predominio en el proyecto educativo del gobierno civil-militar en los años finales de la década de 60 y en la década del 70 del siglo XX.

Palabras clave: Historia de la educación. La Teoría Pedagógica. Escuela Nueva. La Pedagogía Tecnicista.

1 Introdução

O desafio de se conceber estudos em história da educação passou, ao longo dos últimos anos, conforme Cambi (1999), por mudanças metodológicas na pesquisa histórico educativa, havendo uma mudança de orientação no sentido de se produzir não mais uma história da pedagogia, mas uma história da educação.

Nesse sentido,

a história da pedagogia no sentido próprio nasceu entre os séculos XVIII e XIX e desenvolveu-se no decorrer deste último como pesquisa elaborada por pessoas ligadas à escola, empenhadas na organização de uma instituição cada vez mais central na sociedade moderna (para formar técnicos e para formar cidadãos), preocupadas portanto, em sublinhar os aspectos mais atuais da educação-instrução e as ideias mestras que haviam guiado seu desenvolvimento histórico. (CAMBI, 1999, p. 21).

Após o período pós-guerra, primordialmente na segunda metade do século XX, inicia-se “um longo processo que levou a substituição da história da pedagogia, pela mais rica complexa e articulada história da educação”. (CAMBI, 1999, p. 23).

Portanto, consideramos, aqui, na história da educação, em que o estudo da história das ideias pedagógicas tem sido merecidamente considerado como tema de pesquisa de relevante importância, sobretudo no que diz respeito ao contexto histórico de aplicação dessas ideias que surgem em determinado tempo e que se estabelecem dentro da realidade da prática educacional.

A história da educação também pode ser avaliada como um “campo de pesquisa e de saber sistematizado de um conjunto de problemas propostos pelos historiadores relativos à educação no passado”. (VEIGA, 2007, p. 10).

A concepção de ideias pedagógicas pode ser compreendida como “as ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa”. (SAVIANI, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva, nesse movimento real da educação, a análise das questões que cercam todo o movimento pertinente ao predomínio de determinadas ideias em detrimento de outras faz com que o estudo das ideias pedagógicas tenha “como objeto de estudo a educação. Como fenômeno social, a educação não se esgota no estudo de uma única ciência. Como fenômeno múltiplo, é síntese de múltiplas determinações”. (PIMENTA, 1999, p. 9).

Saviani (2008) preleciona que, ao estudarmos as teorias da educação e as concepções pedagógicas, a pedagogia deve ser entendida como teoria da educação, como teoria da prática educativa.

Inácio Filho (2006) nos orienta quanto à forma correta e eficaz de realização e abordagem da pesquisa científica na busca de delimitação do problema e, sobretudo, na fundamentação teórica que cerca a realização do trabalho científico. E, sob essa perspectiva, podemos observar que as teorias pedagógicas existentes no Brasil no período republicano podem ser concebidas em seus diversos conceitos, categorias e pressupostos que os diferenciam e nos dão subsídios para a pesquisa em História da Educação.

No estudo elaborado por Saviani (2008), podemos observar que as ideias pedagógicas que norteavam a prática educativa em determinada periodização histórica estavam sempre em consonância com os acontecimentos históricos de sua época, permeados pela influência do âmbito social e econômico, que são imprescindíveis para entendermos a predominância de determinadas ideias pedagógicas no seio da prática educacional em determinado período.

2 As ideias pedagógicas sob o contexto histórico brasileiro: da Escola Nova à Pedagogia Tecnícista

Numa periodização histórica em face da educação no Brasil, as rupturas de modelos existentes nos conduzem à análise das ideias pedagógicas que exerceram influência sendo aplicadas ou adaptadas na prática educacional do país, determinando

sobremaneira o modo de aprender e de ensinar e, mais que isso, a qualidade e a eficiência nessa prática, relativamente aos objetivos que se deseja alcançar.

Vários movimentos pedagógicos surgiram no país ou foram incorporados de concepções estrangeiras, o que faremos uma breve descrição, considerando como aquelas que em dados momentos tiveram uma posição preponderante no contexto histórico correspondente.

De acordo com Saviani (2008), vários movimentos pedagógicos foram identificados no Brasil, desde o período colonial, passando-se pela monarquia e a república. Dessa forma,

podemos considerar que, do ponto de vista da pedagogia, as diferentes concepções de educação podem ser agrupadas em duas grandes tendências: a primeira seria composta pelas concepções pedagógicas que dariam prioridade à teoria sobre a prática, subordinando esta àquela sendo que, no limite, dissolveriam a prática na teoria. A segunda tendência, inversamente, compõe-se das concepções que subordinam a teoria à prática e, no limite, dissolvem a teoria na prática. No primeiro grupo estariam as diversas modalidades de pedagogia tradicional, sejam elas situadas na vertente religiosa ou na leiga. No segundo grupo se situariam as diferentes modalidades da pedagogia nova. Dizendo de outro modo, poderíamos considerar que, no primeiro caso, a preocupação se centra nas “teorias do ensino”, enquanto que, no segundo caso, a ênfase é posta nas “teorias da aprendizagem”. (SAVIANI, 2008, p. 81).

Com fundamento nos estudos de Saviani (2008), temos como marco inicial da história da educação no Brasil a chegada dos jesuítas ainda no período colonial, com um longo período de predomínio da Pedagogia Jesuítica, num período de 1549 a 1759, marcada pela orientação cristã-católica, sendo, portanto, uma pedagogia tradicional religiosa.

A partir de 1759, com as reformas do Marquês de Pombal, a instrução pública se opõe ao predomínio das ideias religiosas, ficando a cargo do Estado a instrução pública, com forte influência do humanismo racionalista, mas ainda com uma coexistência entre a concepção pedagógica religiosa e leiga. É nesse período que se introduz o método de ensino mútuo ou lancasteriano de avaliação contínua de aproveitamento dos alunos.

A partir de meados dos anos 20 e 30 do século XX, é trazida ao Brasil a concepção Pedagógica Renovadora, em que houve, nesse movimento educacional representado pelo escolanovismo, uma busca pela técnica vinculada à formação humana na elaboração do trabalho pedagógico.

No início da década de 60 do século XX, há nova proposta educacional com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961 (Lei 4024/61), que perdurou seus efeitos mesmo sob a ditadura civil-militar no Brasil.

Nessa vertente, houve uma coexistência entre as ideias pedagógicas escolanovistas e produtivistas e, com o advento da Lei 5692 de 1971, houve uma centralização no campo do ensino, sendo que a Pedagogia Tecniciста foi convertida em pedagogia oficial do sistema educacional, permitindo a consolidação da escola pública e mais facilidade de acesso à população. No entanto, “o grande contingente de alunos das camadas populares que passaram a ter acesso à escola pública encontrou uma

instituição alheia aos seus interesses, às suas necessidades e a sua cultura”. (SOUZA, 2008, p. 283).

Verificou-se, a partir do estudo das características e perspectivas relacionadas ao movimento escolanovista, que entre este e o tecnicismo ocorreu um processo de tensão e também de acomodação no que tange à aplicação dessas ideias pedagógicas no processo educacional brasileiro, uma vez que a pedagogia tecnicista veio a se tornar uma visão exacerbada da Escola Nova, em que a visão humana do processo de ensino aprendizagem foi superada pela ênfase na técnica, sob a perspectiva da Teoria do Capital Humano, em que a relação existente entre educação e renda passa a ser considerada como ponto primordial para o desenvolvimento dos países, mas também como oportunidade de autogestão dos indivíduos sob a ideia de sucesso pelo trabalho e pela renda preconizada pelo trabalho, em que “todo indivíduo é um capitalista em potencial, bastando para tanto desenvolver suas capacidades individuais, especializando-se e transformando-se em trabalhador potenciado”. (ARAPIRACA, 1982, p. 12).

2.1 A Pedagogia Nova

Pela concepção de ter o aluno como o foco principal do processo de aprendizagem, a Pedagogia Nova, baseada nas ideias do estudioso norte americano John Dewey, adquire relevância no Brasil, sobretudo pelo trabalho de Anísio Teixeira.

A Escola Nova ganha maior destaque com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, se expande com a realização das Conferências Nacionais de Educação a partir de 1927, e atinge plena visibilidade com o lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932. (XAVIER, 2002).

Ainda deve ser salientado que muitos defensores dessa concepção pedagógica começam a ocupar espaço junto a postos estratégicos do governo na área de educação, fazendo com que as políticas governamentais na área de educação sofressem considerável influência dessa tendência pedagógica, o que também acabou por gerar resistências, críticas e adaptações por parte dos opositores dessas ideias como os intelectuais católicos.

No escolanovismo, observamos a preocupação de se vincular a técnica de ensino à formação humana, com ênfase nos processos de conhecimento, com o aluno no centro do processo e o professor como um facilitador da aprendizagem.

Para explicitar a ênfase do processo de ensino centrado na exacerbção do papel de “como aprender”, John Dewey (1953, p. 176) afirma que, na atividade educativa, “o professor é um aluno e o aluno é, sem saber, um professor - e, tudo bem considerado, melhor será que, tanto o que dá como o que recebe a instrução, tenham o menos consciência possível de seu papel”.

A teoria e a prática escolanovistas se disseminaram em muitas partes do mundo, fruto certamente de uma renovação geral que valorizava a autoformação e a atividade espontânea da criança. A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. (GADOTTI, 1999, p. 142).

Essa tendência pedagógica tem a concepção de ter o aluno como o foco principal do processo de aprendizagem, fundamentando-se nas ideias do educador norte americano John Dewey que foi o primeiro a formular o novo ideal pedagógico baseado na concepção de ensino a partir da ação, sendo que “praticou uma crítica contundente à obediência e submissão até então cultivados nas escolas. Ele as considerava verdadeiros entraves à educação”. (GADOTTI, 1999, p. 148). Na Escola Nova, é presente a preocupação de se vincular a técnica de ensino à formação humana, com ênfase nos processos de conhecimento.

Dewey defendia que o uso dos materiais didáticos precisava despertar o interesse dos alunos, fornecendo informações que permitissem que se integrassem aos conhecimentos que o educando já possuía, fazendo parte das suas próprias experiências. Nessa perspectiva, deveria se ensinar “o aluno a viver em dois mundos diversos: um, o mundo da experiência, fora da escola; outro o dos livros e das lições”. (DEWEY, 1953, p. 215).

Nesse processo, também era estabelecida a tarefa que deveria ser exercida pelo professor, sendo o mesmo o responsável em promover no aluno o pensamento, com liberdade em relação à curiosidade e ao tempo necessário para a assimilação dos alunos. O professor deveria, no exercício de sua atividade, colocar-se no lugar do educando, para, assim, “cultivar o espírito de curiosidade, preservá-lo de desaparecer pelo abuso, de livrá-lo da fossilização da rotina, e de que o ensino dogmático e a aplicação constante a coisas mesquinhas não a dissipem”. (DEWEY, 1953, p. 36).

No Brasil, observamos que a tendência pedagógica da Escola Nova se faz presente na proposta educacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961. No entanto, os princípios de ensino escolanovistas não atendiam mais a interesses do projeto desenvolvimentista em voga desde a ascensão dos militares ao poder, em 1964, em que o discurso dominante passou a ser a necessidade de adaptação ao modelo de urbanização e ao desenvolvimentismo do Estado.

2.2 A Pedagogia Tecnicista

Entre as ideias pedagógicas predominantes no Brasil, destacamos, no período do governo civil-militar, a Pedagogia Tecnicista, situada sob um projeto educacional que visava, sobretudo, imprimir as bases do denominado “Milagre Econômico”, expressão cunhada para referir-se, basicamente, “aos sete anos de 1967 a 1973, em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda, e podem ser examinados como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes”. (LAGO, 1990, p. 233).

As diretrizes que foram levadas a termo pelo Estado brasileiro implicavam em alcance de metas em setores da economia, da área social, de infraestrutura, enfim, voltados a atender planos e objetivos estabelecidos. No âmbito da educação, os três níveis de ensino foram atingidos, em que a proposta de mudança com vistas a atender as metas de aumento da renda e da produtividade era implantada desde o ensino primário, cabendo a este dar capacitação para a realização de atividades práticas.

Conforme Souza (1981), além do ensino de primeiro grau, também o ensino médio teria como objetivo alavancar o desenvolvimento social e econômico do país, preparando profissionais capazes de cumprir tais objetivos, cabendo ao ensino superior produzir mão de obra especializada a ser utilizada pelas empresas que buscavam a modernização dos meios produtivos.

Diante dessa necessidade de formar mão de obra com vistas a atender o mercado de trabalho, sobretudo, houve, nesse período, no âmbito da educação, o domínio da denominada Pedagogia Tecnicista que, segundo Saviani (2008), foi predominante nos idos de 1969 a 1980.

Nesse contexto, enquanto as ideias de Dewey baseavam-se na necessidade de reconhecer as necessidades do ser humano e de adaptar o sistema de ensino a elas, pela ideia de Skinner (1978), o ser humano deveria se adaptar ao sistema ao qual estava inserido, por meio do associacionismo, tendo criado um modelo de análise experimental do comportamento.

Esse método de análise foi fundamental para o desenvolvimento do tecnicismo e sua sobreposição sobre escolanovismo no período analisado, pois,

embora não haja uma relação direta entre a Escola Nova e o tecnicismo pedagógico, o desenvolvimento das tecnologias de ensino deve muito a preocupação escolanovista com os meios e as técnicas educacionais. A contribuição, nesse sentido, de Burrhus Frederick Skinner (1904-1990) foi considerável pelas suas técnicas psicológicas do condicionamento humano, aplicáveis ao ensino- aprendizagem. (GADOTTI, 1999, p. 147).

Não apenas teorizando a educação, mas procurando materializar suas ideias por meio de métodos e instrumentos de ensino, para Skinner (1978), o condicionamento ocorria por meio de experiências que envolvem associação, aplicando a instrução programada à aprendizagem. O conhecimento das variáveis que controlam o comportamento humano poderia ser utilizado no controle ou na previsão de comportamentos, em que se poderiam desenvolver tecnologias comportamentais capazes de serem utilizadas nos mais variados contextos da vida do homem.

Por essa análise, no processo educacional, o aluno deveria ser instruído a cada tarefa realizada de modo imediato, conferindo o acerto ou o erro da resposta dada. Também desenvolveu teorias acerca da localização dos alunos em sala de aula, da máquina de ensinar, que poderia até mesmo vir a substituir o professor em sala de aula, com o objetivo de mudar seu modo de ensinar, influenciado por práticas não efetivas de ensino.

A importância do desenvolvimento desse pensamento baseado nesses métodos de ensino e aprendizagem demonstra a influência do mesmo na pedagogia tecnicista, sobretudo, na diferenciação acerca das ideias de Dewey.

Cumprir notar que, embora a pedagogia nova também de grande importância aos meios, há, porém, uma diferença fundamental: enquanto na pedagogia nova são os professores e alunos que decidem se utilizam ou não determinados meios, bem como quando e como o farão, na pedagogia tecnicista cabe ao processo definir o que

professores e alunos devem fazer e, assim também, quando e como o farão. (SAVIANI, 2008, p. 382).

Segundo Saviani (2008, p. 379), a Pedagogia Tecnicista baseava-se

no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção.

Surgida em meados da metade do século XX, oriunda dos Estados Unidos da América, nessa concepção pedagógica, o professor transmite os conteúdos “conforme um sistema instrucional eficiente e efetivo em termos de resultados da aprendizagem; o aluno recebe, aprende e fixa as informações, e a comunicação professor-aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é o de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento” (LUCKESI, 2003, p. 62-63).

Ainda sob essa vertente, a concepção educacional tecnicista foi trazida ao Brasil a partir dos acordos de cooperação entre o país e os Estados Unidos, representados pelos acordos “MEC-USAID” e “Aliança para o Progresso”, acordos bilaterais que, além de implantar no âmbito educacional brasileiro um método de ensino e aprendizagem com vistas à formação de mão de obra que atendesse os anseios do governo, expunham sobremaneira a submissão do país aos ditames norte-americanos, pois a escola sob essa orientação pedagógica passa a ter como interesse “produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas” (LUCKESI, 2003, p. 61).

É essencial salientar que os objetivos almejados nessa política educacional se encontravam consonantes com o contexto histórico vivenciado no período de tentativa de consolidação ideológica e institucional do regime militar.

Nesse sentido, Gatti Junior (2010, p. 59) preleciona que,

de fato, a crença na capacidade educativa centrada no material instrucional e no aparato tecnológico animou os planos educacionais colocados em ação durante os governos militares. Houve, sem dúvida, uma conveniência entre as propostas que animavam o campo pedagógico no corte tecnicista, com ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem, e o regime militar em vigor, dado que essa opção deixava em segundo plano os debates em torno da relação escola e cidadania e, por consequência, os debates em torno da democracia. A combinação de um regime político fechado, apoiado internacionalmente, com a estruturação de uma educação que aspirava a neutralidade,

em correspondência com a doutrina de segurança nacional, coadunava-se ao processo de modernização conservadora empreendida sob forte controle estatal e a lógica de uma escola que formaria o capital humano necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Por essa concepção pedagógica tecnicista, objetivava-se embasar os conteúdos ministrados em conceitos objetivos, com o auxílio de livros didáticos, buscando a transmissão de conhecimento de forma eficaz com o aferimento a partir de avaliações que apenas analisem a realização dos objetivos propostos com o escopo da formação para o mercado do trabalho, atentando-se ao fato de que a pedagogia tecnicista impôs, sobretudo, um caráter profissionalizante do ensino.

Sob esse aspecto, observa-se que, no tocante ao escopo almejado pela política educacional governamental, as diretrizes relacionadas ao desenvolvimento do país por meio do tecnicismo foram insuficientes e ineficientes do ponto de vista pedagógico, pois

a profissionalização geral e compulsória da Lei 5692/71 [...] é a comprovação das dificuldades colocadas para a escola pública e privada nacional, sendo que o resultado dessas políticas educacionais empreendidas pelo regime militar, de modo geral não atingiram os objetivos propostos. (GATTI JUNIOR, 2010, p. 61).

Além do aspecto relacionado à abordagem de conteúdos, métodos de ensino e avaliação, sob o aspecto formal, sobretudo, relacionado à forma de transmissão do conhecimento e à relação entre professor e aluno na aplicação da pedagogia tecnicista, esta “acabou por contribuir para aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de descontinuidade, de heterogeneidade e de fragmentação, que inviabiliza o trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2001, p. 15).

3 Considerações finais

A história da educação brasileira deve ser entendida como uma história de rupturas e de descontinuidade de ideias e propostas de práticas pedagógicas, que sempre estão relacionadas a projetos políticos casuístas ou sob influência de teorias estrangeiras que não levam em conta as peculiaridades nacionais para serem aqui aplicadas.

No período republicano, é salutar a observação do desejo da ruptura com tudo aquilo que era oriundo do período monárquico, mas, sobretudo, em relação à educação, a ausência de um projeto republicano conduziu ao surgimento de vários problemas e entraves para uma educação de qualidade que atingisse os anseios da nova república, problemas estes que vão se perpetuar durante todo o século XX e que se encontram cada dia mais presentes no século XXI.

Nessa vertente, a ênfase dada à pedagógica tecnicista pelo governo civil-militar se deve ao fato desta ter sido utilizada como projeto político no âmbito da educação para solucionar problemas de mão de obra, mas, sobretudo, na consolidação de um regime de exceção.

Com o advento das reformas educacionais promovidas no governo ditatorial, “o tema da profissionalização ou a formação para o trabalho foi o aspecto mais discutido e debatido da lei 5692/1971” (FREITAS, 2009, p. 281). Dessa forma, verificou-se o predomínio da concepção tecnicista de educação, voltada a adequar o país e o sistema educacional a profissionalização com vistas ao mercado de trabalho, atendendo, sobretudo, às diretrizes traçadas nos acordos de cooperação que o Brasil se comprometeu a cumprir.

A Pedagogia Tecnicista alicerçada no pressuposto da neutralidade científica deixava o aluno e o professor em segundo plano e, aplicada no modo de ensinar e de aprender, serviu para o regime civil-militar como instrumento para adequar a população a um regime de governo que suprimiu garantias e direitos, buscando o tão declamado desenvolvimento econômico. Modificou as disciplinas curriculares a serem lecionadas nas escolas e também o foco desse ensino, que não buscava formar cidadãos que reivindicassem direitos e mudanças no regime de governo, mas sim que se conformassem em garantir uma colocação no mercado de trabalho, atendendo, então, aos ditames capitalistas desejados pelo governo militar, que, em última análise, almejava a consolidação institucional e ideológica do regime ditatorial no país.

Referências

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital Humano*. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

BRASIL. *Lei nº 4024, de 11 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 27 de dez. 1961.

_____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 12 de ago. 1971.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Edunesp, 1999.

DEWEY, John. *Como pensamos*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

FREITAS, Marco Cezar de. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo, Ática, 1999.

GATTI JUNIOR, Décio. A Pedagogia Tecnicista no Contexto Brasileiro do Golpe Militar de 1964: O Projeto Educacional do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (1961-1972). *Cadernos de História da Educação*- v.9, n 1- p. 45-63, jan/jun 2010.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Trabalho elaborado com objetivo de orientar a realização de trabalhos monográficos nas Instituições de Ensino Universitário*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, S. G. (org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a Política Educacional após 1964*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.